



AS RAÍZES DA CRISE BRASILEIRA

José Maria Vilar de Queiroz

Ministro de 2ª Classe, Ministério das Relações Exteriores; diplomado pela Escola Superior de Guerra (Turma de 1980).

Nesta cerimônia de conclusão do Curso Superior de Guerra e do Curso de Estado Maior e Comando das Forças Armadas, nossa primeira palavra é de agradecimento ao Senhor Vice-Presidente da República, por se ter dignado vir emprestar-lhe o brilho de sua presidência; aos Senhores Governadores, cuja presença traduz o interesse de todo o país na formação de suas lideranças; aos Senhores Ministros de Estado, que dedicadamente contribuíram para os trabalhos dos Cursos; e às demais autoridades que aqui vieram.

A Turma de 1980 deliberou marcar o seu nome, para a memória da Instituição, como Turma Rui Barbosa, para que a lembrança dos ideais de que foi paladino esse grande vulto de nossa História traduzisse o mesmo empenho da geração atual em dar cunho de racionalidade e clarividência aos rumos deste país, como ele o fez da maneira mais brilhante nas primeiras décadas do Brasil republicano.

Mais do que o respeito ao internacionalista que em 1907 defendeu a igualdade jurídica dos Estados, em 1916 definiu de maneira irretorquível o conceito de neutralidade e, em 1917, apoiou vigorosamente a "aliança da civilização para defesa do Direito das Gentes"; mais do que a homenagem ao jurista e constitucionalista que realçou o papel estabilizador da lei e da justiça; mais do que o aplauso ao nacionalista ardente, sempre preocupado com a independência e a soberania da pátria, desejamos reconduzir à lembrança da Nação a Rui Barbosa, o homem feito só de convicções, que ligou sua vida ao destino do país, rejeitando os limites da prudência ou a covardia da deserção até o ponto de amargar vicissitudes, incompreensões e equívocos de interpretação, alguns até hoje ventilados mas que não correspondem às verdadeiras posições que assumiu. Queremos relembrar o homem que, na velha expressão de Horácio, "erigiu um

monumento mais perene do que o bronze": o legado de sua inteligência na conceituação de nossas soluções, no plasmar de nossas instituições, na conformação de nossa sociedade; o batalhador ardoroso e veemente das grandes causas nacionais, da Abolição à reforma eleitoral, da implantação de um Federalismo com o maior grau possível de descentralização administrativa ao fortalecimento do Município como célula básica da Nação. O homem que, no dizer de Luiz Delgado, "deu à República o que ela não encontraria em nenhum outro dos que a fizeram: mais do que uma forma, um pensamento político que seria a sua substância". Mas, sobretudo, queremos recordar aquele que combateu a Monarquia pela aversão desta a reformas necessárias, com a veemência que levou Benjamin Constant a dizer-lhe três dias antes do evento: "o seu artigo de hoje me convenceu de que não temos remédio nenhum senão a proclamação da República.

No preito a Rui Barbosa, quisemos também ligar a mais brilhante de nossas inteligências a este templo onde se meditam e pensam os problemas do Brasil, que é a Escola Superior de Guerra, num momento em que as concepções sociais do grande tribuno baiano quanto à liberdade, à autoridade, ao direito e à racionalidade das decisões mais são reclamadas pela conjuntura nacional.

No decorrer deste ano, pudemos sentir a relevância da Escola Superior de Guerra na formação do pensamento político das elites brasileiras, como escola de altos estudos da problemática de Governo, organizada, no dizer do ex-Presidente Castello Branco, "para estudar o destino do Brasil". Sua contribuição lúcida ao debate nacional parte, como bem assinala Afonso Arinos de Mello

Franco, do fundo democrático de sua teoria do Poder político. Erigindo a Democracia como um dos Objetivos Nacionais Permanentes, a Escola Superior de Guerra ressalta à consciência nacional os reclamos de compor a Segurança indispensável e o Desenvolvimento possível com maior grau de participação da sociedade, dimensão necessária para enfrentar os desafios sócio-político-econômicos da conjuntura interna e externa.

A convicção democrática, arraigada na doutrina da Escola Superior de Guerra, não é o simples culto de uma fórmula como se ela fosse o ideal dos regimes políticos, mas antes sua aceitação como o menos imperfeito dentre eles. É a certeza de que a *sociedade aberta* excede a todas como processo de solução de problemas, constante da vida tanto dos povos quanto dos indivíduos. É a opção, em termos políticos, por aquilo que Karl Popper chama de "forma de sociedade que permite a irrestrita apresentação de proposições diferentes, seguida da crítica e da efetiva possibilidade de mudança". É a possibilidade de melhor responder à vocação humana, à esperança de uma vida melhor.

A esclarecida orientação do atual Comandante da Escola, o Almirante Carlos Henrique Resende de Noronha, aprofundou a ênfase já implícita numa maior participação social, política e econômica do povo brasileiro na construção e gerência de sua sociedade. Graças aos modernos meios de comunicação, a atividade política penetra na vida cotidiana de cada cidadão, não podendo mais, em conseqüência, restringir-se aos hemisférios fechados.

Não é fácil nem alegre o caminho da construção de uma democracia participativa. É um processo evolutivo, que não se impõe, mas se prepara e cultiva,

envolvendo a responsabilidade de todos. A abertura não é a simples decretação de uma liberdade que possa agradar aos que querem dela usufruir sem responsabilidade. Hobbes já advertia em seu *Leviatã*: "O homem é mais inclinado a criar a desordem, quando goza de suas liberdades". Nem é por outra razão que as próprias democracias consolidadas do Ocidente vêm aperfeiçoando continuamente seus mecanismos de auto-defesa. E a democracia brasileira não dispensará a vigilância contra contestações e provocações que ponham em xeque a tranqüilidade nacional.

A tarefa de aperfeiçoamento das nossas instituições políticas passará necessariamente por etapas importantes, das quais não será a menor, uma profunda reforma social. Essa conscientização já foi expressa nas palavras do Presidente Figueiredo: "Não haverá desenvolvimento econômico digno de nossa pátria se não estiver fundado na justiça. Não haverá Brasil realmente próspero enquanto conviverem, lado a lado, a riqueza e a miséria. O desperdício e a escassez. A abundância e a fome". Nem faltam os que reconhecem que "nenhuma sociedade é estável se está eivada de profundas contradições e desigualdades, incompatíveis com a dignidade do homem". Mas poucos aceitam, em termos operacionais, a imperiosa liquidação das formas inventadas de opressão social e dominação" que, no dizer de San Tiago Dantas, "se institucionalizaram em nossa realidade em proveito de classes, grupos ou interesses". O problema da desigualdade social persistirá. Ele continua presente até nas sociedades pós-industriais. Mas o importante é atacar as raízes das desigualdades inaceitáveis, saindo da cômica retórica para o sacrifício da ação.

Como laboratório de nossa problemática, a Escola Superior de Guerra nos in-

fundiu a preocupação da profundidade das análises: por que as coisas acontecem ou por que não acontecem? Por que o Brasil, ficou, desde fins do Século passado, a reboque da história, deixando que seus parceiros se distanciassem, perdido na cronicidade de uma estrutura dualista e desequilibrada?

Certamente a crise brasileira não traz ausência de meios para construção de uma grande nação. Ela é persistentemente uma crise de mentalidade, de métodos e de competência das elites, entendidas estas como as pessoas ou grupos que, em razão do poder que detêm ou da influência que exercem, marcam os rumos da vida nacional, seja pelas decisões que tomam, seja pelas idéias, sentimentos ou emoções que simbolizam.

Já em 1933, Roberto Simonsen demonstrava que, entre os fatores de atraso do Brasil, se destacava naturalmente, por seu caráter básico, "a falta de uma elite numerosa e organizada, instruída sob métodos científicos, a par das instituições e conquistas do mundo civilizado, capaz de compreender, antes de agir, o meio social em que vivemos". Em contraposição, tínhamos "as especulações individualistas, pesquisas isoladas e o malsinado autodidatismo, gerador de planos e concepções de caráter pessoal". E concluía: "Não há exemplo de civilização alguma que não tivesse por alicerce elites intelectuais sábia e poderosa-mente constituídas".

Entre os princípios que, há trinta e um anos, inspiraram seletos grupos de brasileiros militares a criar a Escola Superior de Guerra, que teve como primeiro Comandante o Marechal Cordeiro de Farias, achava-se exatamente o mesmo diagnóstico de Roberto Simonsen: a verificação de que urgia mudar os hábitos de trabalho no Brasil, responsáveis até

então pelo atraso de nosso desenvolvimento; era preciso substituir a prática individualista pelo trabalho de conjunto e pelas técnicas de planejamento. A Escola aperfeiçoou, como uma de suas melhores contribuições à cultura nacional, esse método de trabalho e da racionalização da ação política no Brasil. Mas, apesar disso, ainda estamos, hoje, longe de superar esse individualismo, traço peculiar do caráter brasileiro, que leva à disposição de forças, à competição injusta e à discórdia. Mas os que reclamam a descentralização da geração e da destinação dos investimentos ou se insurgem contra a expansão da intervenção do Estado na economia não poderiam desprezar o fato de que ao Estado moderno incumbem pesadas responsabilidades macroeconômicas, como o controle do suprimento monetário, a contenção das tendências inflacionárias, o equilíbrio das contas externas e um nível satisfatório de crescimento e de geração de empregos, além da obrigação precípua de prover maior justiça social, já que as formas capitalistas não a geram de maneira automática.

Responsabilidades essas que marcam, em todos os quadrantes, novas linhas de atuação estatal. O mundo capitalista assiste, desde a década de 60, à institucionalização progressiva de formas de regulação econômica e social, como imperativo de evolução. É forçoso reconhecer que o pleno exercício da economia de mercado, da mesma forma que a abertura política, exige grande responsabilidade de todos, pois é impraticável pretender gozar de benefícios sem contrapartida de deveres. Ao livre jogo das forças do mercado substituiu-se hoje o funcionamento do mercado institucional, onde o "laissez-passer" continua a ser uma virtude porém não tem mais cabimento

o "laissez-faire". Nem é possível que a alta de preços tome o lugar dos ganhos de produtividade como processo de financiamento dos investimentos. O Bem Comum impõe os limites da liberdade do mercado e ao Estado a obrigação de evitar as distorções que violentem o interesse coletivo.

Importa, assim, desfazer o equívoco de se buscar rígida demarcação das linhas de ação do Estado e da empresa, quando os erros estão menos no princípio da intervenção estatal do que nas formas e nos abusos de sua execução. Ao Estado competem mais e mais atribuições privativas de presidir à negociação e à arbitragem sociais, de promover mudanças estruturais que acomodem o pacto social aos reclamos de maior justiça, sem que tudo isso signifique ações incompetentes, ingerências descabidas ou centralização exagerada que culminam em deseconomias de escala. Em todas as sociedades, o poder público vem afirmando seu controle sobre o campo econômico, por intervenções diretas ou indiretas, mas qualquer nação paga bem alto o preço de encargos ou da ineficiência. Caberia às elites marcar os contornos desse processo em evolução, sem fazer o jogo das ideologias, que não podem dar conta de nossa realidade por sua inflexibilidade dogmática de forma e conteúdo.

A Escola Superior de Guerra não tem a pretensão nem a intenção de oferecer soluções concretas para cada um dos problemas brasileiros. Ela considera fundamental que se cultive um método racional de equacioná-los; que se superem uma mentalidade e hábitos individualistas e egoístas; que prevaleça uma lógica global na arquitetura complexa de nossa sociedade em transição; que uma elite cada vez mais numerosa e atuante impo-

nha a cadência de comportamentos coerentes e patrióticos, reduzindo o campo dos equívocos, dos mitos, das meias verdades; que o trabalho em conjunto fortaleça a participação e a representatividade dos diversos segmentos da sociedade; que a mística do planejamento prevaleça não apenas como a técnica mais inteligente de governar, mas sobretudo com a função de reduzir o campo das incertezas, na interdependência crescente e na insegurança do atual cenário internacional. A Escola Superior de Guerra é, sem sombra de dúvida, uma escola de civismo e de nacionalismo esclarecido, aquele que repele preconceitos e que se cinge a incluir sistematicamente, na aritmética dos problemas e soluções, o denominador comum do interesse nacional.

O longo mergulho que demos na realidade nacional, no curso deste ano, nos revelou a natureza daqueles fatores que retardam o progresso e a justiça social em nossa pátria. Mentalidade, método e incompetência das elites e lideranças continuam a prolongar a crise estrutural de nossa sociedade. Seria lícita, então, a constatação onipotente de uma deterioração das coisas? ou a perda de segurança quanto ao curso dos eventos sociais?

Longe disso, o contacto direto com nosso universo nacional, a peregrinação intelectual que nos levou da vastidão amazônica às fronteiras do sudoeste nos sugeriram o desabrochar concreto de fundadas esperanças. Pudemos vislumbrar o muito fazer num Brasil grandioso de amanhã. Aprendemos um pouco de como fazer o Brasil de nossos dias. Atestamos que o país está muito acima da dimensão dos problemas internos e externos que hoje o assoberbam. É somente uma questão de vontade e competência. Seu potencial natural e humano é

exuberante. Tanto que, a despeito dos erros e desequilíbrios, já pode ostentar a décima economia do mundo.

Meus caros companheiros:

Hoje iniciamos a nossa diáspora, apenas com a nota triste da perda inexorável de nosso colega Enio Aveline, o companheiro afável, inteligente, empresário responsável, líder de classe atento ao futuro do país. Na volta a nossas atividades normais, que mensagem levamos? Que missão assumimos?

Em seu famoso Discurso da Suécia, em 1957, ao receber o Prêmio Nobel, o grande escritor Albert Camus proclamou: "Cada geração se crê destinada a refazer o mundo. A minha sabe, entretanto, que não o refará. Mas sua missão é talvez ainda maior. A de impedir que o mundo se desfaça".

A missão de nossa geração é a de recuperar o atraso do Brasil e assegurar a dimensão justa de sua sociedade, para que ele não perca mais uma vez o seu compromisso com a História. É possível construir, na vastidão do trópico, a nação que queremos: soberana sem peias, próspera, socialmente aberta e democrática, sem desigualdades gritantes, sem discriminações nem privilégios. Coesa dentro das disparidades morfológicas, que a compõem. Uma sociedade "concertada", em que todos sejam partícipes e responsáveis, para que todos sejam beneficiários do esforço comum. Uma potência emergente num novo patamar geopolítico que a própria crise internacional paradoxalmente enseja, como a poucas outras no concerto das nações.

Para tanto, é necessário lutar sem vacilações, sem absentismo, sem comodismo nem concessões contra aqueles fatores já identificados e que vêm dificultando nossa marcha. É indispensável preservar os ideais de nossa civilização e cultu-

ra, que o povo brasileiro adotou como arcabouço de seus Objetivos Nacionais maiores e em cuja defesa se fez a Revolução de 1964; salvaguardar nossa índole cristã e pacifista. Aperfeiçoar o corpo doutrinário que elegemos: a opção democrática, o modelo da economia de mercado baseado na livre iniciativa, o objetivo do crescimento acelerado como único meio de prover a justiça social nas condições brasileiras atuais. Para que esse Brasil Grande seja possível, é essencial que se imponha a racionalidade de posições e de decisões; que um sistema de valores mais altos seja reconhecido e aceito por todos, como consenso mínimo que amedre os conflitos, pois estes continuarão a ser o instrumento inevitável de regulação da sociedade. Mas é imperativo, também, que cada cidadão re-

ordene os termos de sua equação pessoal, a fim de equilibrá-la com menos interesse próprio, maior preocupação social e maior dose de patriotismo.

Temos o diagnóstico de nossas fraquezas, de nossos problemas básicos. Podemos seguir autoconfiantes, sem todavia esquecer a advertência do grande vate espanhol Antonio Machado: "Caminhante, não há caminho. O caminho se faz ao caminhar". Não há receitas infalíveis e universais, e deveras difíceis serão os caminhos de construção de uma grande nação, no mundo conturbado de nossos dias. Mas que, no cumprimento de nossa missão, nos inspire a conclamação de Rui Barbosa:

"BRASIL DE ONTEM E DE AMANHÃ, DAI-NOS O DE HOJE, QUE NOS FALTA."

Discurso na Escola Superior de Guerra em 11-12-1980